



**LUTA**

## **Sindicato cobra retomada de debate sobre efetivação da isonomia salarial com a USP**

A diretoria do STU vai cobrar da reitoria a realização da próxima reunião para discutir a incorporação de uma referência aos vencimentos de todos os trabalhadores da Universidade. Na última reunião ocorrida no ano passado, o reitor José Tadeu Jorge protelou mais uma vez a efetivação da isonomia salarial com a USP apoiando-se na argumentação de que a arrecadação estadual não atingiria os R\$ 92,2 bilhões. No último dia 15, no entanto, o jornal

Folha de São Paulo informou que a Secretaria de Planejamento e Gestão do governo do Estado prevê que a arrecadação de 2015 ficará em R\$ 95,4 bilhões.

Na reunião de 22 de dezembro Tadeu também afirmou que, a partir deste mês, caso não se efetive a referência para todos, seria possível discutir outras alternativas. A direção do sindicato cobra uma proposta concreta do reitor para ser levada à decisão da categoria, com o objetivo

de fazer avançar o compromisso assumido por Tadeu quando ainda era candidato e que já está atrasado em dois anos. Até o momento, sequer os pisos salariais dos três níveis da carreira estão ainda iguais aos da Universidade de São Paulo.

A previsão é que o fechamento das contas do ano passado ocorra neste dia 20 e o STU cobra que a reunião com Tadeu aconteça ainda neste mês, conforme pactuado em dezembro.

**DIREITOS**

## **Assembleia geral dia 20 discute ação da mudança de regime**

***Atividade terá início às 12h, no Auditorio do HC (3º andar)***

A diretoria do STU convoca os trabalhadores, a participar da assembleia geral que será realizada nesta quarta-feira (20 de janeiro), a partir do meio-dia, para debater os próximos passos do ingresso com o pedido de participação do sindicato como entidade amicus curiae no processo que trata da mudança de regime.

Por ser um processo que discute constitucionalidade, a Comissão de Trabalhadores aprovada em assembleia para discutir o assunto junto

com a Comissão ESU 85/88 optou pela contratação de uma assessoria jurídica constitucionalista externa para intervir no processo em defesa dos trabalhadores, mostrando a questão social que essa medida traz. Este contrato vai ser rateado entre os trabalhadores que aderirem.

O sindicato, no entanto, seguirá a determinação da categoria aprovada em assembleia realizada em outubro do ano passado e pedirá a participação no processo como entidade especializada que pode con-

tribuir com a exposição de motivos sociais para que os ministros do Supremo votem favoravelmente aos servidores.

O processo em curso, questionado pelo Ministério Público Estadual e julgado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, tem implicações sobre a vida funcional de servidores contratados entre 1985 e 4/10/1988 cuja mudança do regime celetista para o Esunicamp foi autorizada pela deliberação Con-su 011/2013.

## TERCEIRIZAÇÃO

# Sindicato formaliza denúncias contra Limpadora Alternativa

O STU apresentou na reunião com o reitor José Tadeu Jorge, realizada no final de dezembro do ano passado, denúncias contra a empresa Alternativa Serviços e Terceirização em Geral, que venceu a licitação para assumir o serviço de limpeza na Universidade.

As denúncias dizem respeito a irregularidades no pagamento dos

funcionários, péssimas condições de trabalho, falta de equipamento de proteção individual (EPI), assédio moral, entre outros desrespeitos aos direitos trabalhistas.

Na ocasião, ficou acertado que o STU formalizaria essas denúncias junto à reitoria para averiguação dos problemas apresentados com objetivo de

saná-los o mais breve possível. Além do ofício encaminhado ao reitor, o STU está reunindo os documentos comprobatórios dos casos relatados.

A Unicamp é legalmente responsável subsidiária pelo cumprimento da legislação protetiva da mão de obra terceirizada contratada para atuar na Universidade.

## 24 DE JANEIRO

# Dia dos Aposentados tem ato em Aparecida

No dia 24 de janeiro comemora-se o Dia Nacional dos Aposentados. Para marcar a data, será realizada a partir das 8 horas deste domingo a Missa dos Aposentados na Basílica de Nossa Senhora de Aparecida, seguida do Encontro Nacional dos Aposentados. O evento é organizado por diversas entidades, entre elas a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos) e a Fapesp (Federação de Associações e Departamentos de Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo).

Interessados em participar das atividades devem reservar sua vaga no ônibus junto à secretaria do STU. Para os aposen-

tados o transporte será gratuito, os demais pagarão R\$ 30,00. A caravana sairá no sábado (23), às 23h45, do Largo do Pará, com retorno no domingo (24), às 14 horas.

Como ressalta a mensagem do Departamento de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria do sindicato, *“é justo comemorar porque ainda há força e alegria. Força para provar que ainda há muita vida, força para lutar pela garantia das conquistas, e alegria para compartilhar com as novas gerações a experiência e a memória dos anos vividos. Agradecemos a todos vocês que contribuíram com seus esforços e fazem a história da Coordenação dos Aposentados e Assuntos de Aposentadoria do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – STU.”*

## CONFRATERNIZAÇÃO

### Já se viu nas festas do STU?

Está disponível na página do STU na internet ([www.stu.org.br](http://www.stu.org.br)) uma galeria com mais de 200 imagens da Festa de Fim de Ano do STU em Campinas. Fotos das confraternizações da FOP/Piracicaba e FCA/Limeira, que reuniram ao todo mais de uma centena de participantes, também estão disponíveis no site. Os eventos foram um sucesso! Clica lá e confira as imagens.

## SOLIDARIEDADE

# Greve dos motoristas de Campinas arranca pagamento de salários

Os terminais de ônibus Ouro Verde, Vida Nova, Vila União e Barrão Geraldo amanheceram fechados na terça-feira (12) devido ao protesto dos motoristas das linhas Verde e Azul-claro contra atraso no pagamento de salários e proposta de parcelamento dos vencimentos.

A greve durou dois dias, mas ser-

viu para dar um recado ao patronato de que os trabalhadores não vão aceitar o descumprimento de direitos. O movimento foi suspenso após o pagamento dos salários.

Em Campinas o cargo de cobrador foi extinto para reduzir custos, prejudicando o trabalho dos motoristas, que passaram a dirigir e

cobrar as passagens. Anualmente a tarifa é reajustada e mesmo assim as empresas alegam não ter dinheiro para arcar com suas responsabilidades - o que demonstra falta de respeito com os funcionários e com a população que depende do serviço.

O STU presta total apoio ao movimento dos motoristas.

**R\$ 3,80 É ROUBO!**

## **Luta contra o aumento das tarifas de ônibus segue nas ruas**

Após a histórica vitória contra o projeto de fechamento de quase cem escolas estaduais, no final do ano passado, a juventude voltou às ruas em diversas cidades do Estado de São Paulo e do Brasil, Campinas entre elas. No apagar das luzes de 2015 o governador Geraldo Alckmin e diversos prefeitos anunciaram a elevação da tarifa de ônibus de R\$ 3,50 para R\$ 3,80 — o que deflagrou uma onda de indignação. Já na primeira semana de janeiro houve manifestações na capital, em Campinas e Sorocaba.

No dia 6 e no dia 14 aconteceram as manifestações em Campinas. E em São Paulo desde o dia 8 foram vários os atos, enfrentando brutal repressão da PM que ganhou repercussão internacional dada a violência contra mulheres grávidas, jovens desarmados e pessoas de idade mais avançada. Mas os movimentos sociais não recuaram.

Hoje (19) acontece uma nova reunião da Frente Contra o Aumento em Campinas, às 18h30 na Praça Carlos Gomes. E um novo ato está marcado para quinta-feira (21), às 17 horas, com concentração no Largo do Rosário.

O STU apoia a luta contra o reajuste das tarifas, que especialmente em Campinas já foram questionadas

pelos órgãos de fiscalização. Em 2011 um dos principais empresários do setor chegou a ser preso: Belarmino Marta Júnior. À época até mesmo a Unicamp foi citada entre os órgãos públicos que poderiam ter sido lesados por um suposto esquema de cartel e fraudes em licitações, conforme noticiado pelo GI. O Grupo Berlarmino também é dono da Transportes Capellini Ltda., que tem contratos julgados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado com a Prefeitura de Vinhedo.

Os contratos de serviços de transporte coletivo na cidade também já foram alvos de questionamentos do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado. E 2015 o TCE cancelou a licitação realizada em 2005 e a prefeitura anunciou que fará novo edital neste ano. A prefeitura, por meio da EMDEC, também encaminhou à Câmara Municipal dois projetos de terceirização de 11 terminais de ônibus, das estações de transferência de linhas da cidade e das novas estruturas em construção para funcionamento do BRT por até 30 anos, conforme noticiado pelo GI/Campinas em outubro do ano passado.

A direção do Sindicato defende a abertura das planilhas de custos e contratos a fim de proteger o patrimônio público e o direito da população a um transporte de qualidade.

## **Dilma sanciona lei que aprofunda privatização na Ciência e Tecnologia**

A presidenta Dilma Rousseff sancionou no último dia 11 o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação resultante do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015. A proposta aprofunda a privatização na área, autorizando parcerias público-privadas e possibilitando transferência de recursos, estrutura, propriedade intelectual e utilização de pessoal.

O código parte de uma proposta do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) e regulamenta a Emenda Constitucional 85, um dos itens da Agenda Brasil- conjunto de medidas apresentadas pelo Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) com o objetivo de retirar direitos sociais e favorecer o uso de recursos públicos na iniciativa privada.

A presidenta vetou alguns artigos do projeto, como o que previa isenção de impostos para importações de materiais e insumos projetos de pesquisa, o que estipulava a cobrança de taxas de administração em convênios e a ampliação das possibilidades de dispensa de licitação. Os vetos presidenciais ainda vão a voto no Congresso Nacional.

O STU é contra o PLC 77/2015 e a lei resultante do texto, que recebeu o número 13.243/2016. Tais práticas são verdadeiros ataques à concepção de educação e pesquisa pública, além de favorecer interesses privados utilizando o patrimônio social e recursos humanos das universidades brasileiras.

*(Com informações do Andes-SN)*

**DENÚNCIA**

## **STU exige reparo do teto do laboratório de Anatomia Patológica do HC**

Na semana passada o STU recebeu a denúncia de que o teto do Laboratório de Anatomia Patológica do HC segue ameaçado de desabamento.

Trabalhadores relataram ao Sindicato que a Segurança do Trabalho da Unicamp foi acionada, mas até o concluirmos esta edição nenhuma solução foi apontada. A situação perdura há quase um ano, apesar dos inúmeros pedidos de conserto do teto. Apenas pequenos reparos foram realizados no local.

Uma parte do teto já desabou e há um vazamento de água que escorre nas paredes de algumas salas e no corredor.

O sindicato protocolou ofício junto à Superintendência do HC pedindo reunião emergencial para discutir a eliminação dos riscos no laboratório.

A preservação da estrutura física e prevenção de acidentes consta no acordo assinado pela Unicamp em 2001 com o Ministério Público do Trabalho para que assegurar as condições de trabalho - após uma ação civil pública que investigou inúmeras irregularidades dentro da Universidade.

O STU não medirá esforços na exigência do cumprimento do acordo em prol da promoção e preservação da saúde dos trabalhadores.



## Abaixo-assinado pede urgência no julgamento da inconstitucionalidade da contratação celetista

Uma petição pública disponível na internet pede ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, que inclua com urgência na pauta de votações do STF a ADI 2135. A Ação Direta de Inconstitucionalidade questiona a emenda constitucional 19/98 - que possibilitou a contratação de servidores públicos em regime CLT.

Em 2007, a maioria dos ministros

do STF suspenderam a vigência da redação dada pela emenda constitucional o artigo 39 da Constituição Federal, que eliminava a exigência do Regime Jurídico Único e planos de carreira para os servidores da Administração Pública Federal, das autarquias e fundações públicas. E em 2009 a Procuradoria Geral da República manifestou-se também pela inconstitucionalidade da contratação pela

CLT no serviço público. A ação tramita desde o ano 2000 no Supremo.

O abaixo-assinado eletrônico ressalta que “a demora neste julgamento está afetando a vida de muitos brasileiros contratados pelo regime CLT quando deveriam ter sido contratados no regime estatutário”. O link para assinatura está disponível na página do STU na internet ([www.stu.org.br](http://www.stu.org.br))

### VITÓRIA DA LUTA

## STF suspende reintegração de posse da Vila Soma

Foto: Leon Cunha



As cerca de 10 mil pessoas que vivem na ocupação Vila Soma, em Sumaré, realizaram no último sábado uma assembleia comemorativa da vitória da luta contra a reintegração do terreno. O despejo estava agendado para domingo (17), quando aconteceu também um ato simbólico de reafirmação da ocupação. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, concedeu liminar no dia 13 suspendendo a expulsão das 2.500 famílias. Em nota

divulgada pelo STF, Lewandowski afirmou que, sem alternativa para o reassentamento das famílias, a remoção poderia “catalisar conflitos latentes, ensejando violações aos direitos fundamentais daqueles atingidos por ela”.

O terreno ocupado pertence à Melhoramentos Agrícola Vifer Ltda. e à massa falida da Soma Equipamentos Industriais Ltda. “Uma área de 1 milhão de metros quadrados que durante 20 anos não cumpriu qualquer função

social é legitimamente ocupada pelas famílias para garantir um mínimo de dignidade humana”, ressaltou o advogado da Rede Nacional de Advogados Populares (Renap) que defende as famílias, Alexandre Mandl, durante a manifestação.

Desde 2012 a ocupação resiste. Para William Souza, um dos coordenadores, “essa cidade nunca viu tanta luta. Só nós que estávamos aqui 24 horas nessa semana sabemos o que passamos pela força do aparato do Estado. Enfrentar armas na cara, ameaças de prisão, ofensas, a polícia ameaçando nossas crianças, mulheres e idosos”.

O recurso ao Supremo contra a desocupação foi impetrado pela Defensoria Pública e o mérito ainda será julgado. O relator do processo é o ministro Dias Toffoli.

O STU comemora a vitória dos moradores com a suspensão da reintegração, que inevitavelmente levaria a uma nova tragédia como a ocorrida no despejo da Ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos, em 2012, quando a truculência policial levou a dezenas de feridos, crimes de estupro e até mortes.